Resolução CNE/CEB nº 2 de 11/09/2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf. 06/12>. Acesso: 15 jun 2012.

Soares, Maria Aparecida Leite. A educação do surdo no Brasil. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

Sacks, Oliver W. Vendo vozes, uma viagem ao mundo dos surdos/ tradução Laura Teixeira Motta. – SP: Companhia das Letras, 2010.

SÁ, Nídia Regina Limeira de Cultura, poder e educação de surdos. 2. ed.- São Paulo: Paulinas, 2010. – (Coleção pedagogia e educação).

Wessler, Lindomar Boneti. Educação, exclusão e cidadania. 3. ed., RS: Ijuí Brasil, 2003. (Coleção educação).

A CONTRIBUIÇÃO DO ESPORTE PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA REFLEXÃO SOBRE A SUA IMPORTÂNCIA

MONICA PONTES

RESUMO:

O presente estudo teve como objetivo elucidar que forma o esporte contribui para o desenvolvimento inclusivo dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, sendo assim buscou-se verificar a importância do esporte na formação integral da criança e reconhecer o esporte como meio de socialização. Estimular a inclusão de crianças e jovens na escola tem se tornando uma pauta bastante discutida no cenário educacional e a educação física inclusiva tem muito a acrescentar nesse quesito, por ser uma disciplina em que os alunos desenvolvem determinadas habilidades, inclusive motoras. A Educação Física Inclusiva pode ser explicada como "educação física para todos", a qual tem como objetivo garantir o desenvolvimento cognitivo, psicomotor e afetivo não só de estudantes com deficiência, mas todos os alunos. Desta forma, o presente trabalho teve por objetivo elucidar a evolução do aprendizado diante das técnicas utilizadas em sala de aula, uma vez que a PNL – Programação Neurolinguística é fundamental para educação, pois no dia-a-dia, contribuem diariamente para a evolução. Por tanto, trata-se de uma revisão de literatura, a metodologia utilizada foi desenvolvida com base em livros referentes ao assunto, literaturas publicadas em revistas pedagógicas, e sites das redes eletrônicas, Google acadêmico, biblioteca publica da Secretaria de Educação.

Palavra-chave: Esporte, Educação, Educação inclusiva, Educação Física.

INTRODUÇÃO:

A inclusão começou a ser um processo perceptível a partir de 1980 nos países desenvolvidos. Em escala nacional, somente a partir da sétima Constituição da República (1988) que o número de pesquisas e estudos nessa área começou a ampliar-se (AGUIAR; DUARTE, 2005).

De acordo com a UNESCO (2013), a inclusão social no Brasil vem avançando vagarosamente, pois ainda há a resistência de alguns indivíduos em aceitar e conviver com as diferenças alheias, lembrando que todos têm os mesmos direitos previstos em lei, dificultando em transformar o Brasil em um país de todos e de todas.

A LDB n° 9394/96, no capítulo V, Art. 58°, trata da Educação Especial como sendo a modalidade de educação escolar ofertada na rede regular de ensino, para alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, com serviço de apoio especializado para atendê-los. O Art. 59°, inciso III, assegura professores especializados e capacitados para trabalhar a integração desses alunos nas classes comuns (BRASIL, 1996).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física afirmam que a participação desses alunos nas aulas de Educação Física, quando orientada e estruturada adequadamente, pode trazer benefícios para eles, principalmente proporcionando integração, inserção social e desenvolvimento de suas capacidades afetivas (BRASIL, 1998).

Para Sassaki (2003), a inclusão social é parte importante de uma sociedade, pois através dela, os indivíduos aprendem a lidar, respeitar e conviver com as diferenças entre as pessoas. Muitas vezes ao deparar-se com o diferente, novas experiências são vividas e novos conhecimentos são adquiridos.

A inclusão social é um processo que contribui para a construção de uma nova sociedade através de transformações nos ambientes físicos e na maneira de pensar das pessoas.

No Brasil são diversos os projetos de inclusão e socialização espalhados pela esfera federal, estadual e municipal, alguns tendo como público alvo as crianças e adolescentes e outros para o público adulto e idoso, grupos estes que abrangem todos os fatores que geram a desigualdade de classes, mas ainda não é suficiente.

Atualmente diversos projetos de inclusão estão sendo executados. Abrangem níveis e objetivos específicos, porém todos apresen-

tam como foco principal a inclusão de pessoas dentro do espaço em que vivem e se relacionam. Programa como Criança Esperança, Projeto Segundo Tempo, o Projeto do Centro Municipal de Educação Integrada, da cidade de Penápolis, tem como fim principal, colaborar para o combate a exclusão social, auxiliando na diminuição da desigualdade tão presente nas comunidades brasileiras.

Para iniciar uma reflexão sobre a inclusão escolar, faz-se necessário inicialmente considerar o conceito de educação especial, bem como uma breve retrospectiva histórica no Brasil.

Sustenta Bickel, Marques e Santos (2012):

"O esporte é um meio muito importante para mudar as vidas de muitas pessoas, principalmente crianças e adolescentes, impulsionando-as a superar obstáculos e a crescer com noções de solidariedade e respeito às diferenças. Além de o esporte proporcionar todos os benefícios físicos que já falamos, ele também vem a agregar na parte social da população, principalmente na infância."

Neste sentido, Lunardi (2001, p. 27) afirma que a educação especial é como uma subárea da educação, um local "menor", que trata de forma caridosa e benevolente aqueles indivíduos com deficiências. A partir dessa perspectiva, estes indivíduos são descaracterizados de sua condição social de sujeitos, cidadãos pertencentes a uma nação, possuidores de sexualidade, idade, sexo e etnia.

Os serviços educacionais especiais, embora diferenciados, não podem desenvolver-se isoladamente, mas devem fazer parte de uma estratégia global de educação e visar suas finalidades gerais ((BRASIL, 1998).

Corrobora Silva e Salgado (2005):

"... afirmam que devem ser implantadas culturas de inclusão a partir de três ideias centrais. A primeira é o entendimento do que é cultura de inclusão; a segunda: refere-se ao fato de que a inclusão não se restringe àqueles com necessidades especiais e a terceira ressalta que o professor deve ter uma perspectiva humanista, buscando enxergar e entender como ocorrem as relações sociais naquele ambiente e como cada aluno se sente durante esse processo."

A inclusão é a capacidade de se ver no outro, de aceitação, de compartilhar experiências com vários tipos de pessoas. Existem diversos tipos de discriminações, mas a inclusão é uma só, pois, por meio de uma visão inclusiva, todas as pessoas são acolhidas, sem qualquer exceção. O intuito da inclusão é, portanto, trazer todos para a sociedade, a qual deverá adequar-se e se adaptar aos particulares de todos em todas as áreas sociais (SASSAKI, 1999).

A Constituição de 1988 foi um marco importante no processo educacional inclusivo. O art. 205 estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família. No art. 206, verificamos vários princípios democráticos, norteados na educação, como a igualdade de convicções não só de aprender, ensinar e divulgar o pensamento; o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas; a coexistência de instituições públicas e privadas; a existência de ensino público gratuito e a gestão democrática do ensino público.

Outro marco importante na intensificação da inclusão foi a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que proclamou o direito de educação para todos, garantindo assim que as pessoas com necessidades educacionais especiais pudessem frequentar a escola regular junto com os demais alunos.

Para Cardoso (2003), a inclusão na escolar regular é um dos grandes desafios do Século XXI. A falta de uma percepção mais humana social diante das deficiências ou das diferenças traz consigo uma visão taxativa a respeito das necessidades especiais. Toda inclusão, toda relação com o outro, parte de um momento de interação. A ruptura nesses parâmetros discriminatórios pode ser alcançada por interferência do professor. Educação Física Adaptada é uma área que está crescendo, no ambiente inclusivo, o professor deverá ser paciente, criativo e observador.

Este questionamento leva-se a inferir que o esporte se desenvolve nas relações em grupo, e possibilita a consciência das próprias forças físicas e morais além de desenvolver as competências técnicas, sociais e comunicativas essenciais para o processo de desenvolvimento individual e social da criança, possibilitando a inclusão social.

Corroborando com a situação explanada, expõe SASSAKI, 2003:

"Se a sociedade contribuir para a inclusão acontecer, mais rápido se tornará uma sociedade inclusiva, ou seja, uma sociedade para todos, garantindo espaços a todas as pessoas, fortalecendo as atitudes de aceitação das diferenças individuais e de valorização da diversidade humana, enfatizando a importância do pertencer, da convivência, da cooperação e da contribuição que todas as pessoas podem dar para construírem vidas mais justas, mais saudáveis e mais satisfatórias."

Em suma, ao estar envolvido em um esporte, o estudante aprende a reconhecer os limites do seu próprio corpo. No caso dos alunos com deficiência, essa limitação pode estar mais evidenciada, mas o envolvimento com os colegas na prática esportiva fortalece a motivação para buscar a superação.

Consciente de suas próprias limitações, o aluno tende a respeitar e a ser maiscompreensivo com as dificuldades de seus colegas. Dessa forma, ele estará mais propenso a ser generoso e a colaborar com outras pessoas do seu círculo social.

O presente trabalho visa mostrar aos jovens e docentes leitores que esse autoconheci-

mento também beneficia no fortalecimento da autoestima. O esporte ensina os alunos a lidarem com as falhas, por permitir que elas ocorram sem a sensação punitiva. Caso uma pessoa erre um arremesso no basquete ou um gol, o jogo retorna e outras oportunidades podem aparecer para colocar a bola na rede, por exemplo. Espera-se que o presente estudo esclareça ao leitor que o apoio da família e sua presença em apresentações, campeonatos ou jogos decisivos, são sempre valiosos e a Família sempre será a base para superar qualquer desafio.

PROBLEMA

A problemática se inicia com a importância do esporte e o fato de suas disputas irem muito além dos estádios e ginásios, crescendo cada vez mais a sua notoriedade como ferramenta de inclusão social, sendo utilizado como instrumento pedagógico, integrando-se às finalidades gerais da educação, do desenvolvimento das individualidades, da formação para a cidadania e de orientação para as práticas sociais, possibilitando ao indivíduo alcançar princípios e valores morais e éticos. O esporte é um importante meio de promover a socialização, pois consegue atingir valores tais como: amizade, coletivismo, solidariedade, fatores que se destacam para vencer os efeitos da pobreza. Portanto, o presente estudo visa elucidar a importância dos esportes na educação inclusiva e de que forma ela contribui.

OBJETIVO

Esta pesquisa tem como objetivo investigar a importância do esporte como meio de inclusão social, verificar a importância do esporte na formação integral da criança e reconhecer o esporte como meio de socialização, a partir do seguinte questionamento: o esporte possibilita o desenvolvimento integral da criança, patrocinando a inclusão social.

JUSTIFICATIVA

O presente estudo tem por finalidade elucidar a respeito da formação do professor de Artee como ele está sendo preparado.Qual o papel de orientador das práticas expressivas e sensíveis, para esse ensino?

A resposta para essa questão esta no conhecimento relevante para as questões do ensino da Arte. Inclusão social é um o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas e simultaneamente estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade, buscam em parceria diminuir problemas, decidir sobre soluções e proporcionar oportunidades para todos. Incluir socialmente é fornecer suporte, dando oportunidades aos indivíduos mais necessitados de acesso a bens e serviços, dentro de um ambiente que beneficie a todos e não apenas aos mais favorecidos.

Em síntese, é importante ressaltar que o esporte se desenvolve nas relações em grupo, e possibilita a consciência das próprias forças físicas e morais além de desenvolver as competências técnicas, sociais e comunicativas essenciais para o processo de desenvolvimento individual e social da criança, possibilitando a inclusão social.

MÉTODO

Para a realização da pesquisa utilizou-se como metodologia a Pesquisa

Bibliográfica, desenvolvida com literaturas publicadas e sites das redes eletrônicas, Google acadêmico, biblioteca publica da Secretaria de Educação.

FUNDAMENTAÇÃO

"O esporte é atividade de cultura, na medida em que a noção formal de equilíbrio entre corpo e espírito é substituída pela de convergência de todas as tentativas educativas." (BETTI, 1997, p. 24).

O esporte e a atividade física são muito importantes na vida dos seres humanos, pois além de proporcionar o lazer de várias pessoas também serve como um meio de se prevenir de doenças e usá-lo como um combate a essas doenças que vem dominando o nosso mundo todo. (MARTINS; PEREIRA, 2013).

Concorda (ALVES et al. 2012, p.1) a seguir:

A prática de atividades físicas e esportivas é reconhecida como relevante para o ser humano e para a sociedade em geral. Este conceito tem-se tornado mais amplo com a grande divulgação que se faz, atualmente, dos benefícios dessas atividades para o bem-estar das pessoas no âmbito físico, psicológico, cognitivo e social. (ALVES et al. 2012, p.1)

A Educação Física Inclusiva pode ser explicada como "educação física para todos", a qual tem como objetivo garantir o desenvolvimento cognitivo, psicomotor e afetivo não só de estudantes com deficiência, mas todos os alunos.

Estimular a inclusão de crianças e jovens na escola tem se tornando uma pauta bastante discutida no cenário educacional e a educação física inclusiva tem muito a acrescentar nesse quesito, por ser uma disciplina em que os alunos desenvolvem determinadas habilidades, inclusive motoras.

Anteriormente a disciplina era voltada apenas à prática da ginástica e com finalidade de deixar o corpo saudável, mas após diversas reformas na grade curricular, notou-se a contribuição dela na educação moral e intelectual dos estudantes.

Entre os diversos benefícios dessa modalidade podemos citar: Melhoria na coordenação motora e autoestima; Contribuição para a inclusão social; Redução do estresse; Prevenção de doenças do coração e respiratórias e Geração de mais empatia.

Existem duas linhas na educação física quando se trata de pessoas com deficiência: a educação física adaptada e a educação física inclusiva. As duas modalidades dependem mais dos educadores que dos alunos. Na educação física adaptada, os estudantes com deficiência praticam atividades físicas separadamente dos colegas. Já na educação física inclusiva, todos participam das mesmas atividades propostas.

Soler (2009, p. 15-24), compreende a prática da Educação Física inclusiva uma tarefa árdua, pois a história da Educação Física Escolar é uma história de exclusão e marginalização com os menos hábeis, meninas e portadores de necessidades especiais, além da mídia idealizar corpos sarados e perfeitos, alijando o corpo comum. Nesse sentido, a tarefa do Professor de Educação Física é complexa, pois deve compatibilizar os interesses do grupo com aqueles que apresentam necessidades especiais, das mais variadas, atendendo as características individuais de cada um.

Nesse segmento, a educação brasileira sofreu grande transformação com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB (1996), onde o sistema educacional brasileiro reformulou conceitos para reconhecer e valorizar a diversidade, favorecendo a todos os envolvidos nesse processo.

No texto da LDB nº 9394/96, em seu artigo 58, encontramos "por educação especial, para efeitos desta Lei, entende-se a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais."

Dessa forma, o sistema educacional teve que se adequar para seguir o que a Lei determina, modificando os estabelecimentos de ensino, capacitando os profissionais que receberão esses novos atuantes do sistema educacional. Assim, a escola deve se preparar para receber todas as diferenças, e perceber que cada ser humano é individual, e por ser único, se torna muito especial, todos são especiais, professores e alunos.

Conviver e acolher as diferenças seria então o papel da Escola Inclusiva, mas o que muitas vezes vemos são a discriminação, segregação e exclusão a quem não se encaixa nos padrões preestabelecidos como de normalidade.

Para tentar reverter essa situação, cada vez mais, profissionais ligados à Educação Física estão sendo chamados para atuar junto a essa população especial, e surge uma questão: Esses profissionais estariam preparados para receber e orientar pessoas com necessidades especiais? A resposta costuma ser NÃO. Isso se deve a idéia que se formou ao longo dos anos, de que é bastante difícil se lidar com pessoas com necessidades especiais. Nada mais equivocado, o que se deve ocorrer é uma apropriação de conhecimento específico sobre certos aspectos da deficiência e a partir do conhecimento não se cometer equívocos ou discriminações.

Segundo Vygotsky (1998), uma criança com necessidades especiais não é simplesmente uma criança menos desenvolvida que as demais, apenas se desenvolve de forma diferente. Assim, os educadores, devem se preocupar em como atuar para propiciar esse desenvolvimento, pois os objetivos serão os mesmos; o que muda são as estratégias para se atingir tais objetivos.

Soler (2009, p. 23) afirma que o trabalho da Educação Física Inclusiva deve criar um novo modelo mais justo e acolhedor para a Educação Física Escolar, criando alternativas para eliminar a competição exagerada, que leva à exclusão e basear-se na pedagogia cooperativa, tentando com isso criar também uma nova ética, uma étnica cooperativa.

Os jogos cooperativos são jogos em que os participantes jogam uns com os outros, em vez de uns contra os outros. Joga-se para superar desafias. São jogos para compartilhar, unir pessoas, despertar a coragem para assumir riscos, gerando pouca preocupação com o fracasso ou com o sucesso como fins em si mesmos. Eles reforçam a confiança mútua e todos podem participar autenticamente. Ganhar e perder são apenas referências para o contínuo aperfeiçoamento pessoal e coletivo. (SOLER, 2009, p. 139).

Nesse sentido, os jogos cooperativos favorecem algumas atitudes Brotto (2001):

• Evitam situações de exclusão.

• Diminuem as chances de experiências negativas.

• Favorecem o desenvolvimento das habilidades motoras e capacidades físicas.

• Estimulam um clima de alegria e descontração.

• Promovem o respeito pelas diferenças.

• Ensinam além das regras e estrutura de jogo.

• Alem disso, é de suma importancia

Os projetos sociais que possuem a prática esportiva tendem a impulsionar as crianças e os jovens para o universo esportivo, sendo que eles existem com um propósito de que gostem de atividades esportivas. Para se ter sucesso os projetos que contem atividades esportivas como meio de inclusão social, dependem de acordos entre: educadores, estudantes e famílias, sendo primordial a definição dos valores, meios e expectativas do projeto.

Alem disso, é necessário frizar que é de suma importância os princípios da cooperação,

aplicados ao ensino dos esportes, serão capazes de potencializar ações positivas no processo inclusivo somente se houver conhecimentos específicos da área da Educação Física.

Os profissionais devem compreender o esporte e os jogos cooperativos, buscando as suas interações e inter-relações para auxiliar o processo de inclusão. Sua atuação pedagógica deve ser, obviamente, eficaz, não se esquecendo da sua função como agente pedagógico e sua importância no processo educacional.

Se nada disso ocorrer, os Jogos Cooperativos perderão seu significado dentro deste complexo processo de ensino-aprendizagem e não estimularão em nada a inclusão, tornando-se um "atalho" falso e vazio (SILVEIRA [et al.], 2008, p. 4).

Os alunos que freqüentam os projetos, podem se reconhecer e ir além do seu potencial para crescer no esporte e na vida, trazendo conquistas no futuro, fazendo do esporte um meio de formação profissional e pessoal. Para o projeto ter êxito, é necessário que tenha profissionais bem capacitados, bem unidos, que sejam capazes de observar a evolução dos alunos, procurando sempre melhorar, para o projeto colher bons frutos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os avanços da neurociência, novas pesquisas científicas foram apresentadas e defendem que os benefícios da educação esportiva dentro das escolas vão além de uma vida saudável. Experimentos evidenciam relações positivas entre atividade física, funções cognitivas e o desempenho escolar dos alunos.

Provou-se que uma única sessão de exercício moderado de crianças com 9 e10 anos de idade pode alterar a atividade eletroencefalográfica e melhorar o raciocínio em testes de desempenho acadêmico.

Além disso, a partir de estudos realizados pelo americano James Hillman, psicólogo com fama internacional e autor de diversos livros, o exercício físico aeróbico é capaz de aumentar o estado de atenção em avaliações, com melhores resultados nas tarefas e compreensão mais clara da leitura.

Considerando a necessidade de praticar atividades físicas na infância e na adolescência, algumas categorias no desenvolvimento do esporte são destacadas no atual cenário brasileiro, entre elas a educação esportiva, ou seja, o uso do esporte como ferramenta educacional nas aulas de Educação Física e no ambiente escolar.

Conclui-se portanto, que se a sociedade contribuir para a inclusão acontecer, mais rápido se tornará uma sociedade inclusiva, ou seja, uma sociedade para todos, garantindo espaços a todas as pessoas, fortalecendo as atitudes de aceitação das diferenças individuais e de valorização da diversidade humana, enfatizando a importância do pertencer, da convivência, da cooperação e da contribuição que todas as pessoas podem dar para construírem vidas mais justas, mais saudáveis e mais satisfatórias. (SASSAKI, 2003).

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J. S.; DUARTE, E. Educação Inclusiva: um estudo na área de educação física. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 11, n. 02, p. 233-240, maio/ ago. 2005.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 05 de set. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física. Brasília: MEC/SEF, 1998.

. Ministério da Educação. Leis de Diretrizes e Bases da Educação.

Brasília, dez/1996.

. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares

Nacionais: Educação Física. Brasília. MEC/SEF. Vol. 7, 1997.

. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares / Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. – Brasília: MEC /SEF/SEESP, 1998. . Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio - Educação

Física. Brasília:Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

Acessibilidade. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.

_. Ministério da Educação. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: MEC, 2001.

. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial.

Decreto nº 5.296 de 02de Dezembro de 2004. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial.

Política Nacional deEducação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_. Ministério da Educação. Diretrizes